



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA**

GREICE MORAES CORREIA

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO
SUPERIOR E OS NÚCLEOS DE APOIO**

Salvador
2011

GREICE MORAES CORREIA

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO
SUPERIOR E OS NÚCLEOS DE APOIO**

Monografia apresentada a Faculdade de Educação,
Colegiado de Pedagogia, da Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de
Pedagoga.

Orientador (a): Profa. Dra. Theresinha Guimarães
Miranda.

Salvador

2011

GREICE MORAES CORREIA

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO
SUPERIOR E OS NÚCLEOS DE APOIO**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Theresinha (Guimarães Miranda Orientadora)

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profa Nelma Galvão (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profa. Cristiane Luna

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, pela força e coragem que me concedeu, para chegar até aqui. Sem ele nada seria. Obrigada Senhor!

A minha família Rita, Robson e Rodrigo, que muito contribuíram para este momento se tornar realidade em minha vida. Família, o cuidado e a dedicação que me deram, em muitos momentos, foram à esperança para seguir em frente.

Á minha professora Dra. Theresinha Guimarães Miranda, de quem fui aluna, bolsista por mais de dois anos e agora orientanda, a quem me deu a oportunidade de enxergar a minha verdadeira vocação profissional e educacional. Eu posso dizer que minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua pessoa.

Á Eliane, a quem levei todas as minhas dúvidas, e essas foram esclarecidas no meio acadêmico, graças ao seu incentivo desenhei um percurso acadêmico possível pra mim.

As pessoas com deficiência visual que se dispusera em participar deste trabalho e me ajudaram a enxergar o seu mundo como ele verdadeiramente é.

As minhas amigas Zuleica, as Marises, Fabiana, e Zenir, pelo companheirismo, dignidade, carinho, autenticidade, amizade, apoio e incentivo, por tudo.

Agradeço aos meus colegas do grupo GEINE, ao Grupo de Educação Inclusiva, aos amigos que fiz durante o curso, a amizade que construímos em particular aqueles que estavam sempre ao meu lado, (Keila, Náira, Priscila, Thaís) por todos os momentos que passamos durante anos, fica o meu especial agradecimento. Sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa;

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares, pelo carinho e pela compreensão nos momentos em que a dedicação aos estudos foi exclusiva, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado meu eterno Obrigada!!!!

Estou aprendendo o tempo todo.

A lápide vai ser meu diploma.

(Eartha Kitt)

RESUMO

O presente trabalho objetivou conhecer a atual inclusão dos alunos com deficiência visual nas Instituições de Ensino Superior. E o como esta se organiza, para garantir o acesso e a permanência desses alunos nas instituições. Portanto, foram selecionadas três instituições de ensino superior da rede pública em Salvador, que oferecem serviços de apoio aos estudantes com deficiência visual. Foi utilizada uma entrevista semi estruturada, apresentando questões abertas e fechadas, com intuito de conhecer o funcionamento organizacional e educacional dos serviços de apoio das instituições. O referencial teórico utilizado, para esta pesquisa foram como referencial teórico os estudos realizados por Netto (2011), Mansini (1993), Mantoan (2006) Mazzotta(2005), Miranda (2007), Caido (2003) Rocha (2007) e demais pesquisas realizadas sobre a deficiência visual no ensino superior. Durante a realização de todo trabalho, e com os resultados obtidos, foi constatado que estas instituições não estão devidamente preparadas para atender esses alunos com deficiência visual nas Instituições de Ensino, e essas que possuem um serviço de apoio para garantir a estes estudantes uma inclusão de qualidade, encontram dificuldades para exercer sua função.

Palavras chaves: Deficiência Visual, Inclusão , Ensino superior.

ABSTRACT

This study aimed to identify current inclusion of students with visual impairments in higher education institutions. And like this without being organized, to ensure access and retention of students in institutions. Therefore, we selected three institutions of higher education in the public network in Salvador, offering support services to students with visual impairments. We used a semi-structured interview, with open and closed questions, in order to understand organizational functioning and educational support services institutions. The theoretical framework used for this research were as theoretical studies by Netto (2011), Mansini (1993), Mantoan (2006) Mazzotta (2005), Miranda (2007), Fell (2003) Rock (2007) and other research on visual impairment in higher education. During the completion of all work, and the results obtained, it was found that these institutions no's are properly prepared to meet these students with visual disabilities in education institutions, and those that have a support service to ensure the inclusion of these students a quality, find it difficult to perform its function.

Keywords: Visual Impairment, Including, Higher education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR.....	12
2.1 Seu Histórico e Realidade.....	12
3. INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR.....	19
3.1 Tecnologia Assistiva.....	25
3.2 Programas de Outras Instituições de Ensino Superior.....	28
4. SERVIÇOS DE APOIO PARA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A inserção de pessoas com necessidades especiais nas instituições de ensino superior, vem crescendo de forma progressiva. Para que essa inclusão tenha êxito, é preciso diminuir/eliminar barreiras, sejam elas arquitetônicas, didáticas, culturais ou lingüísticas, mas para que isso aconteça é necessário que haja mudanças específicas para o atendimento adequado desses estudantes. Quando nos reportamos aos alunos com deficiência visual, vimos a importância desse atendimento educacional especializado no sistema de ensino regular, e que deve ser expandido também na educação superior. Valdés (2005) declara que “[...] até a década de 1980, o número de alunos com necessidades especiais no ensino superior, era ainda pouco considerável, em virtude do não-acesso dessas pessoas na educação básica.” Medidas têm sido adotadas para que sejam garantida sua inclusão, permanência e egresso nessas instituições. Então podemos perceber que estes alunos com deficiência estão tendo acesso ao ensino regular, e as Salas de Recursos Multifuncionais, segundo a legislação vigente, que foi criada para que essa inserção seja de qualidade. Está crescendo o número de pessoas com deficiência visual no Ensino Superior. Só que a medida que esses alunos são incluídos nas Instituições de Ensino Superior - IES, estas instituições não estão se adaptando, organizando e nem buscando uma maneira de incluir esses alunos com sucesso.

Mediante estágio vinculado a uma instituição de ensino superior, da rede pública federal, atuando como bolsista de um projeto sobre Tecnologia Assistiva como Apoio à Inclusão da Pessoa com deficiência, e outro como Construção de Práticas Pedagógicas Inclusivas no Ensino Superior - Deficiência Visual. Durante esse período foi possível perceber os obstáculos enfrentados por essas pessoas, e o quanto um setor que ofereça suporte, no caso um núcleo de apoio, no fornecimento de material pedagógico adaptado, a disponibilização e utilização de Tecnologia Assistiva, é imprescindível para que eles obtenha uma educação de qualidade, e com isso conquiste sua autonomia e independência, na instituição, e que na conclusão do curso, o aluno tenha

adquirido todo conhecimento que foi passado, trocado e disponibilizado, no que refere a instituição. É nesse contexto, que surge minha preocupação com esse tema, o que estas IES tem feito para que esses alunos com deficiência visual sejam incluídos no ensino superior. De acordo o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 e a Portaria nº 3.284, de 7 de Novembro de 2003, as Instituições de Ensino superior devem oferecer o atendimento educacional especializados, através dos núcleos de apoio, que estes no que refere a deficiência visual disponha de todo um arsenal tecnológico, didático, e educacional. Diante dessas normas legais, políticas públicas voltada para essa inclusão, fica o questionamento. O que estas instituições tem realizados para receber esses estudantes com deficiência visual? Criaram algum serviço de apoio para ajudar esses alunos? Essa pesquisa visar conhecer as condições das IES, e como te organizado, analisar os serviços de apoio que são disponibilizados nas Instituições de Ensino Superior, através dos núcleos vinculados a estas instituições. Para a devida pesquisa será aplicado uma entrevista semi-estruturada, contendo questões fechadas e abertas, possíveis para respostas objetivas e subjetivas.

Como referencial teórico os estudos realizados por Netto (2011), Mansini (1993), Mantoan (2006) Mazzotta(2005), Miranda (2007), Caido (2003) Rocha (2007) e demais pesquisas realizadas sobre a deficiência visual no ensino superior.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos: No capítulo 1 é relatado de que forma vem acontecendo a inclusão dos alunos com deficiência visual, mostrando o no ensino regular; no capítulo 2 será abordado sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior, nesse capítulo é dividido em 3 subtítulo, informando dados estatísticos, Tecnologia Assistiva, e os programas de apoios de outras instituições no Brasil. No capítulo 3 serão mostrado os resultado obtidos diante da pesquisa realizada. E no último, capítulo 4, relata um pouco sobre as considerações finais.

Durante a realização de todo trabalho, e com os resultados obtidos, foi constatado que estas instituições não estão devidamente preparada para atender esses alunos com deficiência visual nas Instituições de Ensino, e essas

que possui um serviço de apoio para garantir a estes estudantes uma inclusão de qualidade, encontram dificuldades para exercer sua função.

2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E SUA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

A Deficiência Visual se divide em duas categorias, a cegueira e baixa visão, que teve como base, o ponto de vista clínico e educacional. Segundo o Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999 a:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

Essa definição sobre deficiência visual, é baseada na acuidade visual, uma forma que visa preenchimento de dados, para os aspectos legais, estatísticos, e econômicos. Numa abordagem educacional, deve-se levar em consideração a potencialidade com que o indivíduo consegue realizar suas atividades, pois vários fatores interferem na vida dessas pessoas, como, por exemplo, o psicológico e o motor. De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil (MEC, 2000), a deficiência visual é definida sobre o enfoque educacional em que:

a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação; Visão reduzidas: sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Para as pessoas cegas, em virtude de ausência total de visão, o seu processo de ensino e aprendizagem dar-se-á através dos demais sentidos, como a audição, o tato, o olfato, e o paladar, tendo como seu alicerce na escrita, o sistema Braille. E os educandos que possuem a baixa visão, seu processo educacional será baseado, no seu resíduo visual remanescente, e no uso de recursos tecnológicos especializados.

Antigamente as pessoas com deficiência visual eram vistas como seres anormais, possuidora de maus espíritos, ou com algum tipo de poder sobrenatural, ainda era utilizada como forma de penitência, pena judicial, conforme leis e costumes da época, usando como forma de castigo nos indivíduos que praticavam crimes cometido contra divindade, matrimônios, e outros, uma forma de vingança. De acordo com NETTO (2011):

conforme registros e manifestações do imaginário da cultura popular, a concepção de deficiência visual abarca dois pontos de vista: o de

que a cegueira é uma grande desgraça ou que é um dom extraordinário. Desse modo, o deficiente visual era considerado, por um lado, como uma pessoa indefesa e, por outro lado, uma pessoa dotada de um sexto sentido e de poderes sobrenaturais.

Esses conceitos distorcidos sobre o indivíduo com deficiência visual permaneceram na sociedade durante muito tempo, mas com o passar dos séculos, de acordo com o período histórico, os valores culturais e as crenças populares, mudanças foram constatadas na sociedade a respeito da pessoa com deficiência visual. Segundo NETTO (2011):

a concepção de deficiência visual evoluiu, pois a idéia de limitação que lhe era inerente e de abordagem apenas no plano biológico, passa a incluir a compreensão de que socialmente a pessoa deficiente visual, pela interação com o outro, apreende os significados sócio-culturais da sociedade que a rodeia, tornando-se capaz de se adaptar ao mundo real.

Nesse processo de evolução, a deficiência visual assumiu um papel importante na sociedade, mas foi a partir do século XVI, que começou uma trajetória voltada para o âmbito educacional. Nesse período na Europa, escritores pensavam numa educação para cegos, tendo com principiantes, o Padre Lara Trezi, Peter Pontamus, e Fleming (cego), mostrando como possibilidade, a sensibilidade. Já em 1784, em Paris, Valentin Haüy fundou uma escola para alunos cegos, Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, utilizando como método educacional, a escrita formal, só que em alto relevo, mas logo foi considerado um procedimento inadequado. Mas no século XIX, ainda na Europa, cresceu o número de escolas voltada para alunos cegos, fundamentadas no modelo educacional de Haüy. Nesse período Louis Braille, cego, professor e ex-aluno do Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, criou um sistema de leitura para cegos, baseado no sistema de Barbier, criador de um sistema de leitura e escrita, para fins militares, que continha doze pontos em relevo, devido sua extensão de pontos dificultava o processo de leitura e escrita. Em 1825, Louis Braille inventou o sistema Braille, contendo seis pontos em relevo, quando combinados, formam sessenta e três símbolos, que abrange o alfabeto, símbolos matemáticos, números, e etc. Esse sistema só foi reconhecido oficialmente, após a sua morte, mas que permaneceu até dias

atuais como um dos sistemas de leitura e escrita para cegos, conhecido mundialmente. Já no Brasil, a educação da pessoa com deficiência visual, foi concretizada com o decreto imperial de D. Pedro II, em 1854, fundando no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. A criação desse instituto teve como incentivo José Álvares de Azevedo, um brasileiro, cego que estudou no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, que posteriormente passou-se a chamar Instituto Benjamin Constant (IBC), como é conhecido até hoje. (MAZZOTA, 1996).

No século XX, foram criadas outras instituições no mesmo modelo que o IBC, tais como: Instituto São Rafael (MG) 1926, Instituto Padre Chico (SP) 1928, Instituto dos Cegos da Bahia (BA) 1929, Instituto Santa Luzia (RS) 1941, Instituto de Cegos do Ceará (CE) 1943, e o Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas (MS) 1957. As instituições foram tomando formas, se especializando; e se redefinindo para fornecer um atendimento adequado por deficiência, em especial a deficiência visual, e estes foram sendo inseridos no gradativamente no meio sócio-educacional. Esse cenário perdurou por algum tempo até que as práticas pedagógicas voltadas para esse público sofressem análises e estudos que desembocaria futuramente na construção de novos paradigmas e abordagens educacionais. Nesse período intensificou a discussão sobre a educação do deficiente em escola regular e sua integração social, desde então alguns marcos legais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n. 4.024 título X, art. 88 de 1961, a de n° 9.394/96, no art. 58, §1º; no §2º de 1996, e Constituição Brasileira 1988, art. 208 especificamente; Conferência Mundial sobre a Educação para Todos em 1990, Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, em Salamanca na Espanha. (Declaração de Salamanca) 1994, e Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala) 1999, e no Plano Nacional de Educação, Lei n. 10.172/2001, a resolução n.2/2001, e estas foram sendo criadas para o favorecimento da integração do indivíduo com deficiência na sociedade e na rede regular de ensino. Segundo MAZZOTTA (2005):

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

Entre a década 1960 e 1970, medidas foram sendo institucionalizadas para que garantissem o atendimento educacional e favorecessem a integração da pessoa deficiente visual na escola regular, mas várias discussões vem sendo traçadas a respeito dessa integração sócio-educacional. A integração é vista como uma forma de exclusão, principalmente quando se trata da integração escolar. SASSAKI (1997), analisa a integração, como uma forma de inserção da pessoa com deficiência na sociedade, mediante a capacidade do individuo de lidar com os obstáculos estruturais, atitudinais, e planos institucionais nela existente, tendo como apoio de superação e capacitação, a família, instituição especializada, e pessoas interessadas com a causa. De acordo MANTOAN (2006,p. 18), "na integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção [...] a escola não muda com um todo, mas os alunos têm que mudar para se adaptar as suas exigências."

A integração vem sendo questionada, pois autores ressaltam que na integração o aluno com deficiência têm que se adaptar a instituição escolar e não a instituição ao aluno. A integração é vista quando há uma condição para o aluno com necessidades especiais ser inserido no meio social, antes eles têm que estar previamente preparados, o oposto acontece na inclusão, onde quem tem que se preparar para aceitá-los e ajudá-los a exercer sua cidadania é a sociedade. (SASSAKI, 1997).

Devido ao questionamento sobre a forma de integração, dá-se espaço a mais um novo conceito: a inclusão. A inclusão emergiu como uma opção ao conceito de integração, uma maneira de diminuir as barreiras enfrentadas por esses indivíduos no meio sócio-educacional. A esse modelo de inserção é visto como um meio em que a sociedade se adapta, para receber essas pessoas com deficiência, e concomitantemente estas ocupam seu espaço e papel na

sociedade, exercendo assim sua cidadania. SAMPAIO (2009, p.41) entende que:

Já na inclusão prepondera o modelo social da deficiência que concebe os problemas dos deficientes como determinados socialmente, uma vez que é a própria sociedade que cria problemas para as pessoas com deficiência, causando-lhes desvantagem no desempenho dos papéis sociais.

A Inclusão social e educacional, é vista como um modelo, ou processo de inovação, que contribui para o crescimento de uma nova sociedade, provocando transformações no sentido estrutural, comportamental e mental, englobando nesses dois últimos sentidos, também as pessoas com Necessidades Educativas Especiais – NEE. (SASSAKI, 2006) “Essa distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas” (MANTOAN, 2006, p.20) Em meio a essa crise de paradigmas, a educação inclusiva surge como um meio de agregar esses significados e sentidos sobre integração e inclusão, de forma que propõe mudanças como avaliações especiais, currículos adaptados, modificações das práticas- pedagógicas, profissional docente capacitado, sintetizando, sistema educacional inclusivo.

Atualmente, o alunado com deficiência, em especial a deficiência visual, vem sendo inserido nas escolas regulares, sem que estas sejam devidamente preparadas para atender tais especificidades. Para que tais instituições possam receber esses alunos tem que haver mudanças pertinentes no sistema educacional. Em conformidade com os marcos legais que foram implementados no século XX, principalmente no que se refere ao que está na Resolução CNE/CEB n°. 2/2001, Art 2º onde determina que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” E no Art. 8º Inciso V, onde prever que as instituições de ensino dever prover “serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a

complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;” Consoante a essa resolução, o projeto do Ministério da Educação (MEC) implementou as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nas Instituições da Rede Regular de Ensino, na instância estadual e municipal, com o intuito de oferecer apoio no cumprimento do serviço de atendimento educacional especializado, onde disponibilizará recursos e realizará atividades e estratégias que favoreça na construção e desenvolvimento educacional do aluno na instituição. Quando se trata da inclusão do estudante com deficiência visual no ensino regular, o profissional docente atuante nas Salas de Recursos Multifuncionais terá como dever, segundo o MEC (2006,) :

- promover e apoiar a alfabetização e o aprendizado pelo Sistema Braille;
- realizar a transcrição de materiais, braille/tinta, tinta/braille, e produzir gravação sonora de textos;
- realizar adaptação de gráficos, mapas, tabelas e outros materiais didáticos para uso de alunos cegos;
- promover a utilização de recursos ópticos, (lupas manuais e eletrônicas) e não ópticos, (cadernos de pauta ampliada, iluminação, lápis e canetas adequadas);
- adaptar material em caracteres ampliados para uso de alunos com baixa visão, além de disponibilizar outros materiais didáticos;
- desenvolver técnicas e vivências de orientação e mobilidade e atividades da vida diária para autonomia e independência;
- desenvolver o ensino para o uso do soroban;
- promover adequações necessárias para o uso de tecnologias de informação e comunicação.

Para que essa inclusão aconteça de forma que o indivíduo tenha acesso e adquira todo conhecimento disponibilizado durante seu percurso acadêmico, e que sua permanência no sistema regular de ensino seja garantida, é preciso que seja disponibilizado esse AEE de qualidade, e com isso barreiras sejam eliminadas, não só a didática, mas as atitudinais, culturais, estruturais, e conseqüentemente o Atendimento Educacional Especializado seja disponibilizado ao aluno em todo o sistema educacional, desde as instituições de Ensino Regular até as de Instituições de Ensino Superior (IES). Pois até a década de 1980, o número de alunos com necessidades especiais no ensino superior, era ainda pouco considerável, em virtude do não-acesso dessas pessoas na educação básica. (Valdés, 2005). Num estudo realizado por

Caiado (2003) onde foi realizada entrevistas orais com alunos deficientes visuais, concluiu o trabalho relatando duas propostas para que uma educação seja mesmo inclusiva, tendo como base os depoimentos dos alunos, a primeira proposta é em relação a formação do profissional docente, que esta formação seja voltada a diversidade, e a proposta subsequente eram que:

A rede pública de educação deve oferecer serviços educacionais especializados de apoio ao aluno deficiente visual que está no ensino regular. Esse aluno precisa ter acesso, permanência, e sucesso escolar. Negar esses serviços é compactuar com uma política que impede o acesso aos direitos sociais.

A educação superior deve ser uma extensão da rede regular de ensino, principalmente no que refere ao atendimento educacional especializado vinculado com as Salas de Recursos Multifuncionais. MIRANDA (2007) pontua que “[...] alunos com deficiência visual, evidencia a importância dos serviços de apoio ao deficiente visual durante seu processo escolarização básica.” A inclusão dos estudantes com deficiência visual no ensino superior vem ocorrendo de forma gradativa, mediante as políticas públicas, legislações e normas legais que estão favorecendo essa inserção. Iniciativas como o Programa de Acesso à Universidade – INCLUIR, o PROUNI: Universidade para Todos e o Programa de o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, tem impulsionado esse crescimento desses números de alunos com deficiência matriculados no ensino superior. A Portaria nº 3.284, de 7 de Novembro de 2003, veio assegurar a inclusão das pessoas com necessidades especiais, em especial a deficiência visual, quando determina que as instituições de ensino superior devem:

II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático;

Consta também no Decreto nº 5.296/2004, artigo 8º, inciso V, que deve dispor quando necessário das “ajudas técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;” quando se tratar de barreiras de comunicações e informações, sendo identificada nesse decreto a pessoa com deficiência visual, com umas das grandes usuárias e beneficiárias.

Diante dos estudo realizados, pôde-se verificar que para a inclusão desses estudantes, no ensino superior não depende só do espaço físico adaptado,ou equipamentos disponibilizado, mas de toda uma estrutura organizacional que propicie essa inserção de qualidade. O MEC/SEESP (2007) afirma que:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Segundo uma pesquisa realizada por MIRANDA (2007), numa instituição federal de ensino superior, sobre a inclusão desses estudantes nas IES, foi constatado que a adaptação infra-estrutural espacial, não é suficiente para garantir a permanência desses estudantes nessas instituições. Que é preciso ir mais além, que uma acessibilidade arquitetônica, mas, pensar numa prática didático-pedagógica, realizada pelo corpo docente, e visar a disponibilização de tecnologia voltada para o processo de ensino-aprendizagem desses alunos. No entanto Miranda conclui que:

[...] a partir do momento em que a Universidade promova o acesso da pessoa com deficiência na Instituição, deve oferecer condições pedagógicas e tecnológicas adequadas. Com isso,

certamente, teremos um maior número de deficientes sendo encorajados a ingressarem na instituição.

MANSINI e BAZON (2005), num estudo feito com os estudantes com deficiência visual, de uma instituição de ensino superior, num total de doze alunos, a maioria ressaltou a não-aceitação da comunidade universitária, apontando ainda o preconceito social, e destacou o despreparo do profissional docente em relação a diversidade, mostravam-se benevolente para com eles, cobravam menos que os outros alunos.

O professor deve desenvolver um papel de mediador, que busque nos alunos uma maneira de resolver suas questões voltadas para sua dificuldade no processo de aprendizagem, situando suas habilidades e dificuldades, sair do foco de apenas passar o conteúdo, mas verificar de que forma esse alunos poderá aprender melhor. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, na resolução CNE/CP nº 1/2002, determina que as instituições de ensino superior, repensem e contemplem em sua organização curricular, uma formação de docente voltada para atender a diversidade, em especial alunos com NEE. No entanto a formação do docente deve ser contemplada nas IES, assim como, a promoção da acessibilidade didático-pedagógico, arquitetônica, e tecnológica, desde o processo seletivo, garantindo dessa forma sua permanência na instituição. (MEC/SEESP, 2007)

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

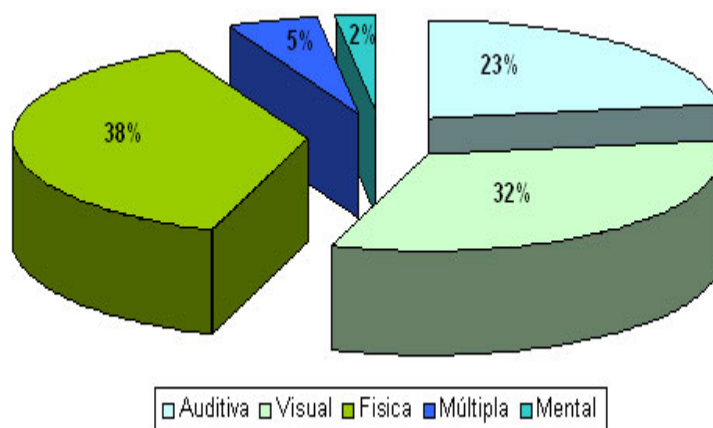
Desde o momento não foi definida uma política de apoio que garanta a permanência desses estudantes com deficiência visual, que contemple por completo sua necessidades apresentadas ante a sua deficiência, de forma que uma política institucional que leve em consideração seu acompanhamento, a

medida os identifique, entenda suas dificuldades e necessidades, e capacitem os profissionais docentes, e toda comunidade universitária para que possam e saibam atendê-los adequadamente.

Buscando receber e permitir a admissão e permanência de estudantes com deficiência visual nas Instituições de Ensino Superior, é preciso que disponibilize alguns recursos tecnológicos, e materiais adaptados, para alunos com cegueira: provas orais, gravadas e/ou em Braille, sorobã, máquina de datilografia comum ou Perkins/Braille, ou outras ferramentas adequadas que atendam às necessidades do deficiente visual, como sistemas de leitura de texto digital com saída em voz, e se tratando de alunos com baixa visão: textos ampliados, lupas ou outros recursos óticos especiais, para portadores de visão subnormal ou reduzida, e de recursos e de equipamentos específicos para cegos. (MAZZONI, TORRES, ANDRADE, 2001)

Os estudantes com deficiência que ingressam hoje nas IES, têm o seu acesso a universidade, garantido por direito, em virtude a legislação em vigor, que representa um avanço significativo, mas que por outro lado ainda existe diversas barreiras, algumas delas são as atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, que não permite que esse acesso, ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior seja com garantido com sucesso, mas que seriam supridas se normas legais de acessibilidade fossem cumpridas nessas instituições de ensino. (MIRANDA, 2007)

A inclusão de alunos com Necessidades Educacional Especial nas Instituições de Ensino Superior, tem crescido gradativamente, de acordo com o INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o censo da educação do ensino superior, de 2005, mostrou o número de estudantes com deficiência que ingressaram nas Instituições de Ensino Superior, sendo 2% (dois por cento) deficiência mental, 5% (cinco por cento) múltiplas, 23% (vinte e três por cento) auditiva, 32% (trinta e dois por cento) visual (englobando a cegueira e baixa visão), e 38% (trinta e oito por cento) deficiência física, como mostra o gráfico abaixo:

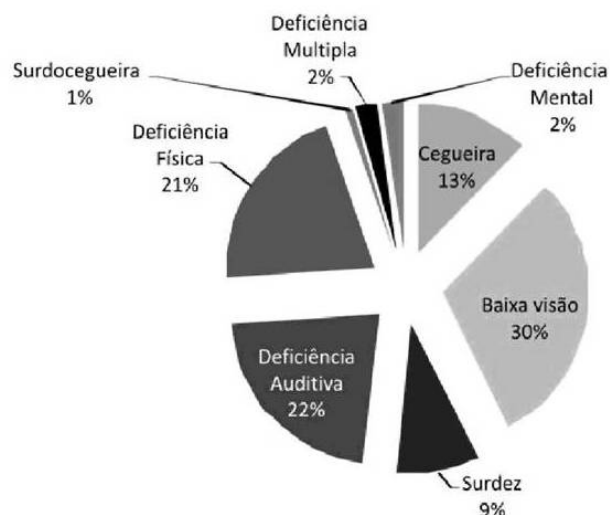


Fonte: Inep/MEC

Segundo MIRANDA (2007):

O Censo aponta também que o maior crescimento foi nas instituições de ensino superior privadas. Em 2000, as universidades públicas tinham 52,23% (1.135 alunos) do total de matriculados com necessidades especiais (incluindo os superdotados) e as privadas, 47,77% (1.038 estudantes). Já os números de 2005 mostram que 67% (4.247) dos alunos nessa categoria estudavam em entidades particulares.

No censo do INEP em 2009, pôde-se constatar um aumento significativo dos estudantes com deficiência visual no ensino superior em relação ao censo de 2005, pois 1% (um por cento) foi alunos com surdocegueira, 2% (dois por cento) deficiência múltiplas e mental, 9% (nove por cento) Surdez, 21% (vinte e um por cento) física, 22% (vinte e dois por cento) deficiência auditiva, 13% (treze por cento) cegueira, e 30% (trinta por cento) baixa visão, como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: INEP/MEC

Esse aumento pode ser associado as políticas públicas voltadas para a inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior. No Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004 determina normas gerais e condições para critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, onde induz as IES para o atender aos alunos com deficiência.

O Programa INCLUIR pode ser considerado um dos fatores que fizeram o aumento de pessoas com necessidades especiais ingressarem no ensino superior, criado em 2005, como uma forma de favorecer e incentivar as IES a concorrerem mediante a apresentação de projetos que contemplem aquisição de materiais, reestruturação arquitetônica, ou programas que visem o acesso e permanência dos estudantes com necessidades especiais no ensino superior, mediante a submissão e aprovação desses projetos, essas instituições podem adquirir recursos financeiros para por em ação os projetos submetidos e aprovados, devido a parceria existente entre o MEC e a SEESP, que disponibiliza esses recursos com o intuito de possibilitar a inclusão desses alunos no ensino superior.

3.2 TECNOLOGIA ASSISTIVA A SERVIÇO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A tecnologia Assistiva surgiu como forma de fornecer suporte as pessoas com deficiência. De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT,2007)

A Tecnologia Assistiva – TA, é vista como todo e qualquer material adaptado, ou recursos tecnológicos que promovam a autonomia e independência a pessoa com deficiência. GALVÃO (2008), define TA como:

toda e qualquer ferramenta, recurso ou processo utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência ou dificuldades. É considerada Tecnologia Assistiva, portanto, desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade.

A TA é dividida em subcategorias: Auxílios para a vida diária e vida prática; CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa; Recursos de acessibilidade ao computador; Sistemas de controle de ambiente; Projetos arquitetônicos para acessibilidade; Órteses e próteses; Adequação Postural; Auxílios de mobilidade; Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo; Adaptações em veículos; Auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal. Para que aluno com deficiência visual tenha seu acesso, ingresso e permanência no ensino superior, é preciso que as Instituições de Ensino Superior disponibilize em seus serviços, ou núcleos de apoio pedagógico, o mínimo de recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva para que garanta ao aluno acesso a todo o acervo e material pedagógico. Tipos de TA que deve ser disponibilizada ao estudante com cegueira e baixa visão para terem acesso nas IES:

Softwares como os Leitores de Tela com sistema com sintetizadores de voz:

- **NVDA:** É um leitor de tela gratuito e aberto para o sistema operacional Microsoft Windows. Habilita pessoas cegas ou com baixa visão a acessar computadores que rodam Windows a um custo não maior que alguém que enxergue. O NVDA permite ao usuário saber o que se

passa na tela, consultando o sistema e usando fala sintética, onde oferece seis opções de sintetizador de voz;

- **JAWS:** É um leitor de tela, também aberto ao sistema operacional Windows. É preciso efetuar o pagamento para se obter a licença, para poder ser utilizado por tempo indeterminado, mas que pode ser feito seu Download gratuitamente, mas podendo usar por tempo determinado, exatamente 40 minutos, excedendo esse limite de tempo, é reiniciar o computador que poderá ser utilizado novamente, e assim sucessivamente;
- **VIRTUAL VISION:** Outro tipo de leitor de tela com sintetizador de voz, mas para obtenção da licença é preciso efetuar pagamento;
- **DOSVOX:** É um sistema de acesso computacional, com síntese de voz, que pode ser feito o Download e utilizado gratuitamente, e desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade do Rio de Janeiro. Mesmo não sendo um leitor de tela, permite ao usuário ter acesso aos microcomputadores;
- **OCR – RECONHECEDOR ÓTICO DE CARACTERES:** Converte documentos digitalizados (imagens), ele faz um reconhecimento, de tudo o que é imagem e texto, e salvar o que reconheceu com texto num formato DOC. Editável.

Equipamentos como:

- **LUPAS MANUAIS:** São lentes convexas ou uma combinação de lentes montadas em armação, e que aumentam a imagem retiniana quando se olha através delas, que pode ser levado com usuário num bolso, ou bolsa;
- **LUPAS ELETRÔNICAS e CCTV - Televisão de Circuito Fechada.:** O CCTV significa a Aparelho acoplado a um monitor de TV monocromático Constitui-se basicamente de uma micro-câmera aliada a um circuito eletrônico que amplia textos e imagens . reproduzindo-os em qualquer T.V. convencional. Pequeno tamanho e peso. (similar a um mouse) Reproduz as imagens em vídeo normal ou reverso (no CCTV mantém-se as cores preto e branco alternados, e nas Lupas eletrônicas, as cores

além de preto e branco podem ser alteradas), Amplia até 40 vezes em T.V de 20" (amplia mais em T.V's maiores);

- **IMPRESSORA BRAILLE:** impressoras que imprime em Braille, e que trabalha juntamente com os computadores, utilizando o BRAILLE FÁCIL, na formatação e correção, para depois ser impresso em BRAILLE;
- **MÁQUINA PERKINS:** datilografia no sistema de escrita Braille;
- **REGLETE e PUNÇÃO:** prende-se a folha de papel na reglete e usa-se a punção como um perfurador, que dá início a escrita Braille, de forma manual;
- **SCANNER:** Digitalizador de imagens.

As instituições de Ensino Superior dever ter pelo menos o básico, alguns desses recursos e equipamentos citados acima, para que a permanência do aluno com deficiência visual obtenha sucesso no seu percurso acadêmico.

3.3 PROGRAMAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com o decreto nº 6.571, que foi revogado recentemente pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, determina que o Atendimento Educacional Especializado, no Art. 3º, Inciso IV, tem que “assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.assegura que esse AEE seja condicionado para a continuidade à todos os níveis de ensino.” E ainda nesse mesmo decreto, no § 5º afirma que “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.”

Instituições de Ensino Superior, estão se adaptando, e disponibilizando esse serviços de apoio através de núcleos para atender as necessidades de cada aluno, dentre essas IES, se destacam os serviços:

- Pontifícia Universidade Católica (PUC de Minas), oferece serviço de apoio através do NAI - Núcleo de Apoio À Inclusão Dos Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais, que desde 2005, que vem desenvolvendo ações que viabilizam maior acessibilidade e sucesso na vida acadêmica do aluno deficiência;
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o projeto Todos Nós - Unicamp Acessível, deu início ao um laboratório de apoio didático nas dependências da Biblioteca Central Cesar Lattes da Unicamp, denominado Laboratório de Acessibilidade _ LAB, que foi inaugurado oficialmente, em dezembro de 2002, objetivando buscar a autonomia e a independência dos estudantes em seu percurso acadêmico e social, com a produção de material didático e o desenvolvimento e aplicação de softwares destinados aos alunos com deficiência;
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tem como parte integrante da instituição o NEI - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, que desenvolve atualmente dois projetos de extensão: “Fórum Permanente de Educação Inclusiva – FORINPE” e “Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando Linguagens”, onde ocorre debates sobre a inclusão e o outro tem como foco as adaptações curriculares de pequeno porte, com o intuito de fornecer apoio ao docente em sua prática pedagógica que atenda ao aluno com deficiência.
- Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundado em 2006, o NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, foi implantado através recursos do Programa Incluir/MEC/SEESP (Secretaria de Educação Especial) de acordo com o projeto: Universidade Sem Barreiras – Incluir Com Qualidade, paralelo com o Grupo de Trabalho sobre Pessoas com Necessidades Especiais (GTPNE), que visa concretizar e viabilizar o acesso dos estudantes com deficiência na instituição de ensino. O núcleo dispõe de um espaço engloba toda comunidade universitária, de forma direta e indiretamente,e tem como um dos principais objetivos oferecer condições de acessibilidade e permanência das pessoas com necessidades especiais no espaço acadêmico;
- Universidade Federal do Acre (UFAC), implantou o NAI - Núcleo de

Apoio à Inclusão, com recursos do Programa Incluir/MEC/SEESP, através do Projeto: “Promovendo a Acessibilidade de Pessoas com Deficiência na UFAC”. O NAI já atua desde 2006, visando suprir condições adequadas de acessibilidade e garantia de atendimento especializado aos alunos e profissionais com deficiências.

- Universidade Metodista de São Paulo, criou em 2005, a Assessoria Pedagógica para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se divide em sete eixos: Programa de Difusão de LIBRAS, Biblioteca Digital para Pessoas Cegas (neste eixo, é feita uma construção de acervo digitalizado e disponibilização de computador com software leitor de tela para que as pessoas cegas possam utilizar o acervo bibliográfico disponíveis), Programa de Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, Acessibilidade Física, Fórum de Inclusão, Projeto VIDA e Minuto da Inclusão
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem como serviço de Apoio o PAC, que é um setor que se divide em vários segmentos que visam a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior, mobilizando toda comunidade universitária.

Analisando os sistemas de serviço de apoio disponibilizado pelas Instituições de Ensino Superior, constatou-se uma necessidade de viabilizar políticas de acesso que garanta condições de permanência no seu percurso acadêmico. Segundo Valdés (2006):

A inserção do aluno com deficiência, assim, está ocorrendo de uma forma gradativa; existe a necessidade de viabilizar o acesso e a permanência destes alunos no ensino superior, formar profissionais adequadamente e proporcionar quebrar barreiras de quaisquer tipos.”

4.

Com o intuito de conhecer como as Instituições de Ensino Superior vem se organizando para atender aos alunos com deficiência visual. Mediante

pesquisas bibliográfica realizadas, foi possível verificar a importância dos serviços de apoio na inclusão desse estudante com deficiência visual. Para isso foi preciso realizar um estudo de caso, onde foi escolhidas três Instituições de Ensino Superior no município de Salvador. A escolha foi feita de aleatória a medida que foi constatada que essas possuíam em suas instituições, um núcleo ou serviço de apoio aos estudantes com deficiência, em especial a visual. Foi feita uma entrevista semi-estruturada, contendo questões fechadas e abertas, possíveis para respostas objetivas e subjetivas.

A entrevista foi dividida em quatro categorias, da seguinte forma: A primeira categoria se refere a **Caracterização do Profissional Responsável** (a que respondeu a entrevista), buscando identificar, função, formação acadêmica e específica na área da educação inclusiva, tempo de atuação do núcleo/serviço, e carga horária exercida. A segunda foi a **Caracterização do Serviço/Organização**, procurando obter mais informações sobre o espaço, a instância administrativa, nome serviço/núcleo, profissionais atuantes, ano de criação/funcionamento, horário do expediente, e quantitativo dos alunos com cegueira e baixa visão. A terceira foi baseada na **Caracterização da Organização do Serviço de Apoio**, visando a Estruturação do serviço de atendimento aos estudantes com Deficiência Visual, atividades desenvolvidas para alunos com cegueira e baixa visão, a periodicidade do atendimento. Na quarta e última fez relação as **Condições de Funcionamento**, trazendo questões sobre equipamentos e softwares disponíveis para a utilização dos estudantes, demandas mais frequentes, dificuldades encontradas pelo núcleo diante da realização do seu papel, sobre barreiras arquitetônicas e didático-pedagógicas, culturais e de acessibilidade.

Mediante as questões levantadas foi possível caracterizar as três instituições, na **Caracterização do Profissional Responsável**, ficou da seguinte forma:

Instituição	A	B	C
Função do Responsável pelas respostas	Bolsista	Coordenadora	Assessor Técnico/Coordenador

Possui alguma deficiência	Não	Não	Sim
Formação Acadêmica	Graduanda em Pedagogia	Psicologia –Graduação em 2008	Graduação em Filosofia
Formação Específica na área de Educação Inclusiva	Não	Curso de qualificação – Educ. Especial na perspectiva da educação inclusiva	Especialização em Educação Especial e Metodologia do Ensino Superior
Tempo de atuação no Serviço	7 Meses	2 anos e 10 meses	5 anos.
Carga Horária exercida	16 hs semanais	40h/semana	6 horas diárias

Segunda categoria na **Caracterização do Serviço/Organização:**

Instituição	A	B	C
Instância	Federal	Federal	Estadual
Profissionais atuam no Serviço	professores, bolsistas, voluntários e intérprete de libras	Psicólogas, assistente em Administração, intérpretes de libras, transcritores de braille, estagiários de	07 Professores, 03 técnicos, 06 monitores
Ano de Criação	2008	2004	2003
Horário de Funcionamento	Segunda a Sexta das 8h as 17h	Das 07 as 21hs	08:00 às 20:00
Quantitativo de Alunos com Cegueira e Baixa Visão	Cegueira: 09 Baixa Visão: 13	Cegueira: 02 Baixa Visão: 07	Cegueira:04 Baixa Visão:02

A caracterização seguinte é sobre a Organização do Serviço de Apoio, onde as três possuem diretrizes diferentes a **Instituição A** dispõe de um serviço voltando totalmente para o lado pedagógico, como cita a bolsista:

“Se estrutura na adaptação dos materiais pedagógicos para que estes se tornem acessível aos estudantes com deficiência visual, oferta de curso de produção textual, disponibilidade do espaço com equipamentos técnicos e tecnológicos estruturados e adaptados para estes estudantes.”

A **Instituição C** , não se restringe só ao cunho prático-pedagógico, pois atende toda comunidade e extensão universitária. Oferece o atendimento educacional especializado, além de assessorar permanentemente a gestão da Universidade. Na **Instituição B**, seu atendimento é mais voltado para o social, pois :

Eles são acompanhados pelo NAPNEE e pelo setor multidisciplinar (setor que congrega as pedagogas, psicólogos e assistentes sociais do campo). São oferecidos materiais ampliados, adaptação de material didático, tempo extra nas avaliações, etc. Disponibilização de notebooks para acompanhamento das aulas e avaliações.

Na segunda questão sobre as atividades desenvolvidas para os alunos com cegueira e baixa visão, a **A** e **C**, realizam um trabalho parecido, mas a **B** executa um serviço diferenciado, porque é um apoio também voltado ao social, e outro por se tratar de instituição de ensino superior de tecnológico, então precisa ser feita toda uma adaptação de material em relevo, pois são cursos que têm muito gráficos, tabelas, etc. A última categoria é a respeito das Condições de Funcionamento, o núcleo **A** tem é o que mais apresenta recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva necessário as duas categorias da deficiência visual, os núcleos **B** e **C** disseram que está em fase de aquisição de material para os alunos com baixa visão, **B** não têm nenhum equipamento para baixa visão, e **C** possui só lupas manuais. Todas possuem demandas relacionadas a adaptação de material didático.

Enquanto dificuldades no cumprimento de suas função, todos apresentaram questões pertinentes, **A** e **B** relatou que é ainda relacionada ao profissional docente, com o atraso para entrega dos textos, que os estudantes irão utilizar, e outro é a falta de apoio da instância administrativa, e ainda se tratando do

núcleo B, a falta de Tecnologia Assistiva. Quando se refere ao núcleo **C**, ele situa como dificuldades:

Espaço físico adequado, equipamentos adaptados, insuficiência de profissionais especializados e apoio dos diversos setores da Universidade no sentido de possibilitar a acessibilidade atitudinal, comunicacional, arquitetônica, instrumental, entre outras. Ausência de uma política de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência na UNEB com o objetivo de garantir, a curto, médio e longo prazo o acesso e a permanência dessas pessoas na Universidade.

Relacionada as barreiras arquitetônicas, todos os núcleos, **A, B e C**, pontuaram que existem e muito barreiras arquitetônica, elevadores com sintetizador de voz, falta de pista tátil, B e C colocaram recentemente sintetizadores de voz nos elevadores, mas têm falta ainda de pista tátil, enquanto A, não possui nenhum dos dois onde ele está situado.

Quanto a última questão, órgãos estão sendo questionados, o que os serviços de apoio tem feito, diante das barreiras didático-pedagógicas, culturais e de acessibilidade. No núcleo **A**:

O núcleo tem tentado eliminar as barreiras didático-pedagógicas com adaptação de textos e aquisição de software acessível para que os estudantes possam usá-los, tem disponibilizado a impressora Braille para a impressão de textos, informativos para a comunidade acadêmica e os estudantes usuários do sistema Braille, e desde sua criação vem tentando conscientizar toda comunidade universitária através de informativos, eventos, publicações, e etc.

De acordo com o núcleo **B** relatou que:

São realizadas reuniões com professores, coordenadores e a direção, para discutir situações relativas a inclusão, assim como orientações, elaboração de documentos, relatórios e ofícios orientando sobre os direitos das pessoas com deficiência. Neste ano não realizamos seminário sobre a inclusão, mas voltaremos com essa proposta em 2011.

O serviço de apoio **C**, declarou o núcleo tem se posicionado e que tem feito reivindicado e notificado os setores da universidade responsáveis pela acessibilidade das pessoas com deficiência, e cabe ao Núcleo assessorá-lo neste sentido e não assumir toda a responsabilidade. Diante da pesquisa que realizada, e dos dados obtidos pôde se constatar uma insuficiência dos núcleos relacionados a falta Tecnologia Assistiva, estrutura física adaptada, profissionais docentes que não estão preparado para atender aos alunos com deficiência visual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em inclusão de alunos com necessidades especiais está se tornando muito freqüente nos dias atuais, tem sido o foco de muitas pesquisas. E quando se trata de principalmente, de inclusão em classes regulares no ensino fundamental, torna-se comum. A “prática” tem se visto, e pode ser visualizado no site do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, na questão de números/matrículas. Mas se tratando de oferecer todo apoio pedagógico e entre outros, para que garantam sua permanência, isso tem visto muito pouco. As leis estão aí para que forneça amparo a esses alunos, como por exemplo, a primordial que é a Constituição Federal de 1988, onde:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Só que entre o acesso e sua permanência no ensino superior, muitas barreiras está fazendo com que esses alunos não ingressem, Os que já ingressaram se mantém da melhor maneira que lhe couber. para que permaneça nessas IES – Instituições de Ensino Superior. Mas sabemos que não é dessa maneira que se deve proceder, pois se quisermos que estes alunos com necessidades especiais, consigam ingressar e/ou permanecer de forma que, possamos garantir seu desenvolvimento e a construção do conhecimento, é preciso derrubar essas muitas barreiras. Para isso devemos nos apossarmos da legislação e marcos legais, que sirvam de norteadores para oferecermos essa inclusão de forma devida. Baseando-se no acervo legal, o Brasil tem alcançado avanços consideráveis, (Valdés, 2005, p.22). Podemos citar algumas para situarmos, mais adiante trataremos um pouco sobre cada uma delas e outras mais. Começamos pela Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Capítulo V da Educação Especial; podemos citar também a Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003; o Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, etc.

Segundo Miranda, (2009, p33) “ o Brasil está em um momento, no qual a democratização do acesso e permanência na universidade de grupos socialmente desfavorecidos está se obtendo mais espaço”. Estas instituições de ensino superior, não estão preparadas para receberem esses alunos com necessidades especiais, e nem tem como garantir a permanência dos que já encontram-se matriculados. Sendo que estes, na maioria dos casos, possuem ajuda dos familiares e de alguns docentes para permanecerem na instituição. O Brasil tem leis que asseguram essas pessoas com necessidades especiais, mas não possuem mecanismos que comprovem que essas leis realmente estejam sendo executadas pelas instituições de ensino superior.

Durante a realização de todo trabalho, e com os resultados obtidos, foi constatado que estas instituições não estão devidamente preparadas para atender esses alunos com deficiência visual nas Instituições de Ensino, e essas que possuem um serviço de apoio para garantir a estes estudantes uma inclusão de qualidade, encontram dificuldades para exercer sua função.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular nacional Para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2000.

DELPINO, M; MASINI, E. S. Alunos deficientes visuais em curso superior. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/lisipeq/anais/pdf/poster1/06.pdf>>. Acesso em 12 out. 2011.

FREITAS, E. P. Inclusão de pessoas com cegueira no ensino superior. Disponível em: <<http://www.firb.br/interatividade/edicao3/artigos3/final3/Elisangela%20Aparecida.htm>>. Acesso em 12 out. 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006. p.0-0.

MASINI, E. F. S. A educação do portador de deficiência visual- as perspectivas do vidente e do não vidente. **Em Aberto**, Brasília, n. 60, p. 61-76, out./dez. 1993. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/888/795>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F.; ANDRADE, J. M. B. Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2751/1890>>. Acesso em 12 out. 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005. p.15.

MIRANDA, T. G. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.) **Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007, p.120-131.

_____. In: JESUS, D. M. ET all (org.). Porto Alegre: Mediação, 2007, p.120-131.

NETTO, M. S. S. S. **Como entender o conceito de deficiência para pensar no processo de inclusão do deficiente visual no ensino regular**. In. ESTUDOS LINGUISTICOS E LITERÁRIOS Nº 39. Salvador: Programa de Pós-Graduação em letras e Linguísticas. Universidade Federal da Bahia, Janeiro – Junho 2009 ,Pag. 267-301.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência numa instituição de ensino superior. **Revista “Educação Especial”** Santa Maria, v. 22, n. 24, p. 197-212, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/viewFile/273/132>>. Acesso em: 10 set. 2011.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior e o uso das tecnologias para promoção da inclusão. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, n.18, 2007, Maceió, **Anais do 18º EPENN**, Maceió, 2007.

SASSAKI, R. K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2002. p.0-0.

SILVA, M. C. R. F. Políticas de inclusão no ensino superior: panorama da legislação brasileira. In: VI Congresso Português de Sociologia, n.6, 2008, Lisboa. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/227.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO S. R. **Educação Inclusiva: O professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009. 41 p.

_____. Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 setembro. 2001

II ENCONTRO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INCLUSIVAS, 22, 2007. Belo Horizonte. **Anais Acesso, Permanência E Prosseguimento De Estudos De Nível Superior De Alunos Com Deficiência: Ambientes Inclusivos**. Belo Horizonte: NEE Da PUC Minas, 2007.